

Produto nacional terá preferência em compra pública

Nas licitações públicas, mercadorias e serviços nacionais ganham importante vantagem sobre concorrentes estrangeiros e, mesmo custando até 25% mais caro, deverão ser os escolhidos para compra

O Senado aprovou ontem e enviou à sanção presidencial um projeto que privilegia as empresas nacionais nas licitações públicas. De acordo com o PLV 13/10 (projeto de lei de conversão, originário de uma medida provisória modificada pela Câmara dos Deputados), produtos e serviços nacionais deverão ser escolhidos na

disputa ainda que tenham um preço até 25% maior que os concorrentes estrangeiros.

O PLV também prevê, nas licitações organizadas pelas universidades públicas, tratamento especial para empresas que invistam em pesquisas e desenvolvimento de tecnologia, principalmente as micro e de pequeno porte. **3**

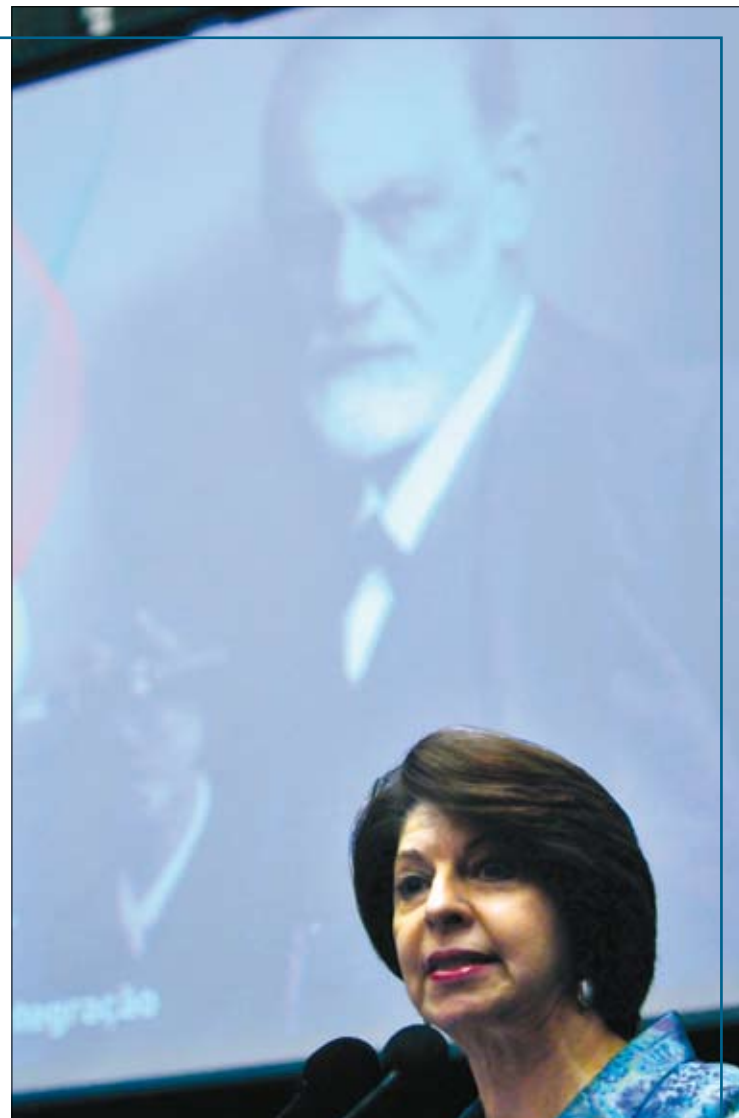
Ação do TCU e CMO contra obra irregular já dá resultado

Providências sobre cinco dessas obras são anunciadas pelo diretor-geral do Dnit. Presidente da Valec informa sobre novo edital para Ferrovia Oeste-Leste. **5**

Cristina Gallo/Senado Federal



José Francisco das Neves, da Valec, e Luiz Antônio Pagot, do Dnit, em audiência pública da CMO sobre obras irregulares



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Marisa Serrano, diante da figura de Sigmund Freud, o pai da psicanálise

Plenário exalta importância da criação da psicanálise

O Plenário homenageou ontem o centenário da Associação Psicanalítica Internacional.

Para Marisa Serrano, que sugeriu a sessão, Sigmund Freud revolucionou o mundo. **6**

Especialistas do governo: Brasil vai à COP-16 como líder **8**

Concurso para preencher 180 vagas não tem data definida **2**

Ex-juiz se nega a falar sobre acusações à CPI da Pedofilia

O ex-juiz do Trabalho Antônio Carlos Branquinho, de Tefé (AM), é acusado de abuso sexual

de dezenas de menores. Ontem, diante da CPI da Pedofilia, ele se recusou a responder perguntas. **7**



Policiais do Rio de Janeiro durante ação no Complexo da Penha: clima de guerra civil marca a quinta-feira e aterroriza população

Senadores se solidarizam com Rio de Janeiro

Solidariedade com a população fluminense e condenação aos ataques feitos por facções de traficantes marcaram os discursos de vários

senadores na tarde de ontem. A ação policial e militar levada a cabo na Vila Cruzeiro teve repercussão positiva no Plenário. **7**

Waldemir Barreto/Senado Federal



Ex-juiz Branquinho, entre os senadores Nery (E), Paim, Papaléo e Magno Malta

Petrônio Teixeira/Jornal O Povo



Na mesa, João Vicente Claudino (E), Mão Santa, Haroldo Tajra, José Sarney, Heráclito Fortes e Gerson Camata: próxima reunião prevista para o dia 9 de dezembro

Concurso do Senado deve preencher 180 vagas

Mesa diretora aprovou a realização de concurso público para vagas de nível médio e superior. As áreas, respectivas vagas e instituição organizadora ainda serão definidas

A MESA DIRETORA do Senado Federal aprovou ontem a realização de concurso público para o preenchimento de 180 vagas efetivas de nível médio e superior. A expectativa é de que a seleção seja realizada no segundo semestre de 2011. De acordo com o 1º secretário da Mesa, Heráclito Fortes (DEM-PI), a definição das áreas e a contratação da instituição organizadora ainda serão objeto de deliberação.

– O concurso não será realizado necessariamente no próximo ano. Caberá à próxima gestão da Casa definir a data e as áreas – disse.

De acordo com o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, a realização do concurso já estava prevista no orçamento do próximo ano e, portanto, não impactará as contas da ins-

tuição. O objetivo é reduzir a carência de pessoal e o número de funcionários terceirizados.

– Todas as áreas têm necessidade de vagas, desde o serviço médico até a área legislativa e administrativa. Quando definirmos as vagas, poderemos afirmar se eventualmente será reduzido o número de terceirizados.

Atualmente, informou Tajra, o Senado conta com cerca de 3,2 mil funcionários em cargos efetivos e aproximadamente 2,8 mil em cargos comissionados, além de cerca de 3 mil terceirizados.

Gabinetes

A Mesa também voltou a discutir a distribuição de gabinetes

para os novos senadores. Segundo Heráclito, algumas áreas, como o Anexo 1 e a Ala Teotônio Vilela, são as mais requisitadas.

– Estamos fazendo algumas acomodações. Há uma resolução de 2006 que estabelece os critérios de preferências. Estamos tentando cumpri-la na medida do possível – informou o senador. A análise da distribuição dos gabinetes deve ser

concluída na próxima reunião da Mesa, prevista para o dia 9 de dezembro.

Sobre possível reajuste nos salários dos senadores, o 1º secretário voltou a lembrar que o assunto precisa passar primeiro por um acordo entre as presidências da Câmara e do Senado.

Objetivo é suprir carência de pessoal e reduzir o número de terceirizados, hoje cerca de 3 mil

Legislativo seguirá a política de corte de gastos, diz Sarney

Ao chegar ontem ao Senado, o presidente José Sarney comentou a política de redução de gastos defendida quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, e prometeu que o Legislativo reduzirá gastos para acompanhar a política econômica do Executivo.

– Não se pode falar em redução de gastos falando de um Poder só. Tem que ser um esforço comum. É uma política a ser seguida pelo Estado e envolve então todos os Poderes. Evidentemente, o Legislativo acompanhará a política do governo, sobretudo hoje, que a maioria dentro do Congresso é uma maioria confortável, argumentou.

De acordo com Sarney, a rigidez da política econômica do governo federal dependerá de fatores internos e externos.

– A política monetária tem

que ser feita dentro da realidade do dia a dia. Não pode ser uma coisa fixa, nem dogmática, assinalou.

Sarney também elogiou a nova equipe econômica, anunciada na última quarta. Foram oficializadas as indicações de Guido Mantega, que permanecerá à frente da Fazenda; Miriam Belchior, que assumirá o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Alexandre Tombini, que presidirá o Banco Central.

– Ela [a equipe] representa a continuidade da política econômica que tem dado certo. Os nomes apresentados demonstram justamente isso. Acho que devemos manter essa política de austeridade econômica e superávit primário e ao mesmo tempo controle da inflação, o que tem assegurado um êxito muito grande – afirmou.

Mão Santa participa de reunião interparlamentar americana

Mão Santa (PSC-PI) fez um relato de sua participação na delegação de parlamentares brasileiros que foi ao sétimo encontro da Federação Internacional dos Paramentos Americanos (Fipa), que reuniu representantes de 35 países de 16 a 19 deste mês, no México.

Para Mão Santa, a Fipa é necessária pois a democracia só se fortalece tendo a participação do povo, e o Parlamento

é a voz do povo. Segundo ele, os Estados Unidos boicotam a entidade e, assim, fortalecem a implantação do Parlamento do Mercosul (Parlasul).

O senador lembrou que o relacionamento entre Brasil e Argentina era péssimo, até que os então presidentes do Brasil, José Sarney, e da Argentina, Raúl Alfonsín, decidiram aproximar os dois países com a criação do Mercosul, há 25 anos.



Consultores Manoel Fernandes e Gustavo Pereira; Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secs; e Claudia Tavares

Senado promove oficina sobre redes sociais

A divulgação de notícias e o relacionamento com a sociedade em tempos de internet e de redes sociais. Esse é o fio condutor da oficina dirigida aos servidores da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), com a participação de especialistas da área. Iniciado ontem, o encontro se encerra hoje.

O tema do primeiro dia foi

o uso das redes sociais como o Twitter, o Facebook e o Orkut. Hoje, será abordado o web-jornalismo, isso é, a produção e a divulgação de notícias pela internet. Os especialistas também falarão sobre *blogs* e indexação de conteúdos.

Participam da oficina os jornalistas Manoel Fernandes, ex-colunista da seção Hipertexto da revista *Veja* e atual

diretor da consultoria Bites, que trabalha em projetos da Editora Abril e das Organizações Globo, entre outras empresas; e Gustavo Pereira, com passagem pelo portal UOL e atualmente consultor da Bites. A discussão é mediada por Claudia Tavares, coordenadora de Mídias Sociais do Senado. A Agência Senado já está no Twitter e no Facebook.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão destinada a discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos de parlamentares e comunicados da Mesa diretora. Entre os inscritos, Papatéo Paes (PSDB-AP).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Márcio Kallmeier/Senado Federal

Senador propõe que novo governo reformule o edital da obra

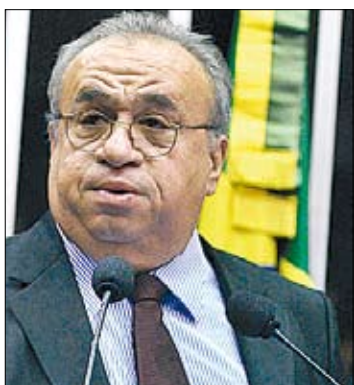
ACM Júnior quer ampliação do prazo para trem-bala

O prazo final de entrega de propostas para a construção do trem-bala entre o Rio de Janeiro e São Paulo – dia 29 deste mês – precisa ser prorrogado, defendeu Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Críticas e sugestões de especialistas recomendam a mudança, disse.

– Penso que o governo deveria se cercar de maiores cuidados, notadamente na fase de planejamento da obra – afirmou.

O senador sugeriu que se aguarde a posse da presidente eleita, Dilma Rousseff, e se revise o edital, com maior participação do Tribunal de Contas da União na reestimativa de custos, uma vez que o preço por quilômetro quadrado estaria fora dos parâmetros internacionais.

– O que preocupa todos aqueles que vêm se debruçando sobre o assunto é a aparentemente baixa fundamentação técnica, econômica e financeira do projeto – resumiu.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Para Heráclito Fortes, parlamentares governistas impediram investigações

Governo federal prejudicou CPI das ONGs, diz Heráclito

A base governista se colocou contra todas as iniciativas de investigação da CPI das ONGs, apostando na desinformação dos eleitores, afirmou ontem o senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

– É uma falta de respeito com a minoria e uma ameaça à democracia. Isso ocorreu de fato na CPI das ONGs – afirmou.

Os governistas não permitiram que “a comissão desse qualquer passo”, disse Heráclito, segundo o qual, de 8 mil ONGs a serem investigadas, a comissão conseguiu quebrar o sigilo de apenas quatro entidades.

Para Heráclito, as irregularidades cometidas pelas ONGs devem ser combatidas com mais controle e transparência em relação às verbas que lhes são transferidas, e não com a atualização do marco legal do setor, como defende o relator da CPI, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O projeto assegura preferência nas licitações às empresas fornecedoras de produtos manufaturados e serviços nacionais, mesmo que esses sejam 25% mais caros que os oferecidos por concorrentes estrangeiros



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Aloizio Mercadante ressalta que há uma guerra cambial no mundo e que a medida beneficia empresas nacionais de áreas sensíveis à concorrência externa: fármacos, têxtil e tecnologia da informação

Vai à sanção presidencial preferência a empresas nacionais em licitações

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto de lei de conversão (PLV 13/10) que beneficia empresas nacionais em licitações. O projeto, que vai à sanção, resultou de mudanças dos deputados à Medida Provisória 495/10.

A MP estabelece uma margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais, mesmo que esses custem até 25% a mais do que seus concorrentes estrangeiros. O relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), enfatizou que a MP foi inspirada em legislação norte-americana dos anos 1930.

No entanto, ressalta Merca-

dante, ao contrário do governo americano, o governo brasileiro não será obrigado a comprar o produto nacional, mas poderá optar pela compra, desde que o produto não ultrapasse em 25% o custo do congêner estrangeiro. A MP também exige que a preferência seja justificada em estudos que levem em consideração a geração de emprego e renda, a arrecadação de tributos e o desenvolvimento e a inovação tecnológica realizados no Brasil.

Guerra cambial

A proposta também estabele-

ce novo critério de desempate, que passa a ser o fato de o produto ou serviço ser produzido no Brasil.

Para Mercadante, o mundo vive hoje “uma guerra cambial internacional patrocinada pelos Estados Unidos”. As importações brasileiras aumentaram em 46% este ano, o maior aumento entre os 70 países mais importantes no comércio internacional, observou.

A medida, de acordo com o senador, é direcionada a beneficiar os setores de fármacos, “uma área muito importante para a substituição de importa-

ções”; o têxtil, que em todos os países vem suscitando medidas especiais para concorrer com o comércio exterior; e o de tecnologia da informação, outra área bastante sensível em relação à concorrência externa.

O líder em exercício do PSDB, Alvaro Dias (PR), admitiu que as áreas abrangidas pela MP são importantes, mas lamentou que os senadores não tenham podido melhorar a proposta, uma vez que ela perde a vigência na segunda-feira. Caso o PLV fosse emendado no Senado, teria de voltar à Câmara, o que extinguiria a MP, por decurso de prazo.

Tratamento especial nas compras para as universidades

O PLV 13/10, aprovado ontem, ainda aumenta, de 60 para 120 meses, a vigência dos contratos que tratam de segurança nacional e de temas de interesse tecnológico.

Além disso, nas licitações feitas por instituições federais de ensino superior e fundações a

elas subordinadas, prevê a concessão de tratamento especial, na aquisição de bens e serviços, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país, e às microempresas e empresas de pequeno porte de base tecnológica.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o governo quer fazer uma política comercial e industrial à custa de subsídios do Tesouro Nacional, em vez de dar competitividade à indústria nacional com a redução de impostos. Porém, o senador tucano anunciou o voto favorável de seu partido à MP.

Já Francisco Dornelles (PP-RJ) deu apoio integral à MP, argumentando que ela traz uma defesa comercial para o país fazer frente à “concorrência predatória internacional”, enquanto Heráclito Fortes (DEM-PI) classificou a MP de “um retrocesso inaceitável”.

Cavalcanti alerta consumidor para endividamento nos cartões

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) aconselhou ontem os consumidores a não se endividarem e a tomarem cuidado no uso dos cartões de crédito. Ele assinalou que a mistura de festas de fim de ano, compras e cartões de crédito pode ser muito perigosa para as finanças e render “arrochos” no ano seguinte.

– São 365 dias para se arrepender de ter embarcado nas campanhas sedutoras de crédito fácil, com as quais as operadoras bombardeiam os consumidores, especialmente nesta época de consumo acelerado – alertou.

Cavalcanti salientou que os juros embutidos nessas operações de crédito podem chegar a “inacreditáveis” 500% por ano

e agora se somam às diferenciações de preços praticadas pelo comércio nas operações com cartões. Ele disse que, contrariando o Código de Defesa do Consumidor e normais adotadas em todos os países do mundo, a compra no cartão em parcela única é computada como “crédito à vista”, levando o comércio a anunciar preços para pagamento em dinheiro e, com acréscimos, para pagamento com cartão.

Segundo o senador, a responsabilidade por essa diferença que recai sobre os ombros do consumidor é das operadoras de cartões, “verdadeiras vilãs da economia nacional”, que cobram taxas extorsivas e utilizam truques para driblar a legislação



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Segundo Cavalcanti, administradoras de cartões também lesam os lojistas

e lobbies agressivos para fugir do controle do sistema financeiro.

– Ancoradas pela liberdade irrestrita, só possível graças à ausência de regulamentação, as operadoras decidiram agora que podem postergar o pagamento que é devido aos lojistas. O reembolso vem ocorrendo com prazos superiores a 30 dias e, claro, sem correções – informou.

CRA debate na terça controle de agrotóxicos no país

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza, na próxima terça-feira, audiência pública para debater os mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos no país.

A sugestão para o debate foi dos senadores Kátia Abreu (DEM-TO) e Gilberto Goellner (DEM-MT).

Foram convidados para o debate o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) José Agenor Álvares da Silva; e o professor do campus de Ilha Solteira (SP) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Geraldo Papa, que é doutor em Entomologia.

Diplomatas designados pelo presidente Lula para duas importantes embaixadas destacam necessidade de ampliar cooperação com países amigos



Mozarildo Cavalcanti (E), Paulo Paim e Flexa Ribeiro durante a reunião de ontem da comissão



Diplomata Mena Gonçalves (E) e senador Eduardo Azeredo ouvem exposição de Piragibe Tarragô (D)

CRE aprova indicados para Colômbia e Canadá

OS RECENTES ESFORÇOS de aproximação do Brasil com a Colômbia e o Canadá foram ressaltados ontem pelos embaixadores designados para os dois países, cujas indicações receberam parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

As mensagens contendo as indicações dos ministros de primeira classe Antonino Lisboa Mena Gonçalves e Piragibe dos Santos Tarragô para representar o Brasil em Bogotá e Ottawa, respectivamente, serão agora examinadas pelo Plenário, possivelmente na semana que vem.

Relator da mensagem de indicação de Mena Gonçalves, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da comissão, ressaltou a importância da relação bilateral. "Durante muito tempo, o Brasil esteve afastado da Colômbia", observou o senador, "mas o interesse brasileiro tem aumentado, e o embaixador será a pessoa certa no lugar certo".

O embaixador indicado lembrou que o novo presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, escolheu o Brasil para a sua primeira viagem ao exterior, depois de tomar posse.

Na opinião de Mena Gonçalves, a ênfase dos órgãos de comunicação para temas como o narcotráfico e a guerrilha acabam fazendo da Colômbia um país pouco conhecido.

Cooperação

Ele lembrou que a economia colombiana tem mantido tendência de crescimento há 30 anos e que o país se firma como polo de turismo. Ressaltou ainda a intenção colombiana de participar do desenvolvimento do avião de transporte militar KC-390, juntamente com a Embraer.

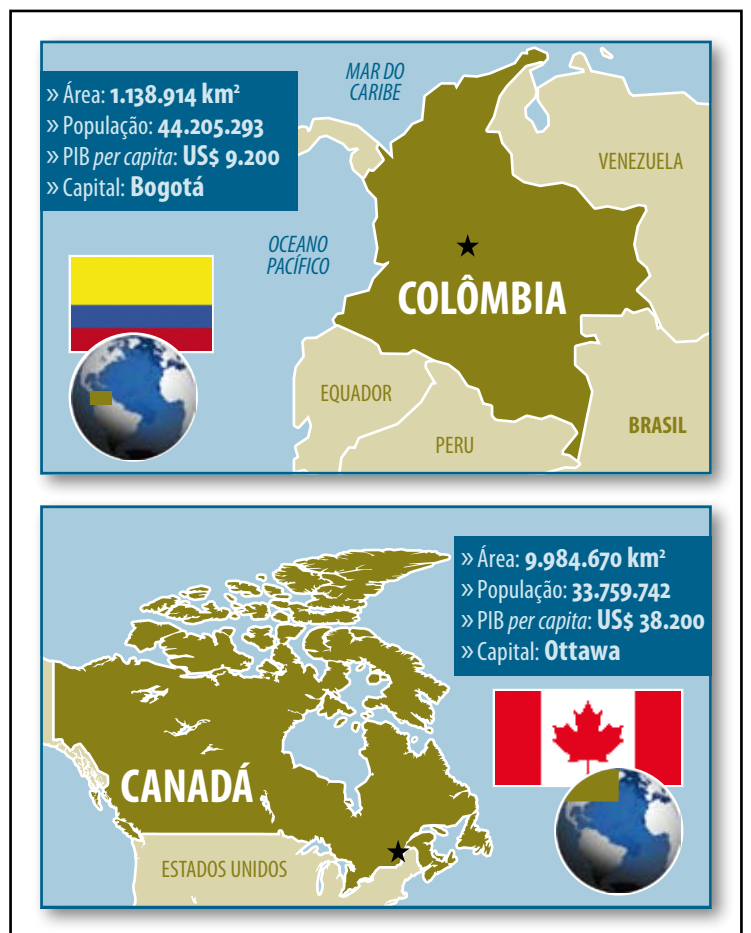
A respeito da presença militar dos Estados Unidos no país vizinho, citada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), o embaixador reiterou que a posição brasileira é a de considerar o acordo militar como uma questão interna da Colômbia.

Indicado para a embaixada em Ottawa, Piragibe Tarragô admitiu que ocorreu certo distanciamento entre os dois países, em virtude de problemas como a disputa movida na Organização Mundial do Comércio (OMC) pela empresa canadense Bombardier contra a Embraer.

– Hoje há uma redinamização das relações bilaterais. O Brasil é um país emergente que pode ser uma opção importante para o Canadá – afirmou.

Oportunidade

O embaixador disse que mais de 70% do comércio do Canadá é feito com os EUA. O Brasil, a seu ver, poderia ser uma alternativa no sentido de diversificação desse comércio. Além disso, observou, o Brasil já se tornou o quarto maior investidor no Canadá, por meio de empresas como Gerdau, Votorantim e Ambev. Os dois países têm "muitos interesses em comum", segundo Tarragô, entre os quais, a conclusão da Rodada Doha da OMC.



Fonte: CIA World Factbook

Homenagem a centenário de associação psicanalítica

O Senado prestou ontem uma homenagem à Associação Psicanalítica Internacional (IPA), pelo centenário de sua criação.

Presidindo a sessão, Mão Santa (PSC-PI) disse que "a organização tem vocação inequívoca para o bem, no papel central que ocupa de mantenedora e multiplicadora do legado científico e intelectual de Sigmund Freud, o pai da psicanálise".

A sessão foi realizada por iniciativa de Marisa Serrano (PSDB-MS). A senadora afirmou que Freud revolucionou a maneira

de pensar a vida e o mundo, pois suas ideias e conceitos influenciaram a cultura, a educação e as ciências de modo geral.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) assinalou que a psicanálise contribuiu decisivamente para a consolidação da Psicologia como ciência e para o aperfeiçoamento das técnicas psicológicas.

Papaléo Paes (PSDB-AP), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Acir Gurgacz (PDT-RO) também homenagearam os psicanalistas e a IPA.

O ex-presidente da IPA Cláudio

Laks Eizirik disse que não tem notícia no mundo de homenagem semelhante a que foi prestada pelo Senado brasileiro a essa disciplina científica.

O presidente da Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi), Leonardo Francischelli, leu carta enviada pelo presidente da IPA, Charles Hanly, que ressaltou a difusão do conhecimento e da prática da psicanálise pelo mundo. Hanly relata que a IPA está desenvolvendo a prática na China, Índia, Japão, Coreia e Taiwan.

Em carta, presidente de associação exalta Freud

O presidente da Federação Brasileira de Psicanálise, Leonardo Francischelli, leu carta do presidente da IPA, Charles Hanly, que saudou o Brasil pelo "crescimento econômico e melhorias sociais". Na carta, Hanly assinalou que a psicanálise tem contribuído para a transformação de valores sociais e por "dar forma ao mundo em que vivemos hoje".

Para ele, a disciplina científica criada por Sigmund Freud e seus

colaboradores trouxe à luz os problemas mentais de pessoas traumatizadas pela guerra, pela violência social, pelas catástrofes naturais e pela pobreza e ofereceu uma melhor compreensão deles, além de mudar as atitudes dos seres humanos em relação às crianças e à família.

Hanly destacou especialmente a contribuição da Psicanálise para a melhoria da compreensão das "orientações sexuais".

Sigmund Freud está entre os grandes nomes da cultura do século 20, que ajudou a "fundar" com ideias revolucionárias sobre inconsciente e sexualidade. Freud é um ícone presente e reaproveitado, sem desgaste aparente. A imagem simpática do senhor austero, com bloquinho de anotações e capaz de entender os labirintos da mente humana é um prato cheio para editores e ilustradores. E o chiste, categoria que Freud estudou tão carinhosamente, ajuda a perpetuá-lo. Afinal, quem ainda não recorreu ao "Freud explica!" para referir-se a um comportamento tido como ambíguo?



Ao lado de Francischelli (E), Mão Santa e Marisa Serrano, Cláudio Eizirik diz: "Não tenho notícia no mundo de homenagem como a prestada pelo Senado à Psicanálise"

Prazo para emendas ao projeto que altera o PPA vai até dia 30

O prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei que altera o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 começou ontem e termina na terça-feira. A data anterior foi alterada após a conclusão da aprovação do relatório preliminar da matéria na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no dia 24.

Pelo atual cronograma, a publicação das emendas está prevista para 5 de dezembro. A discussão e votação das emendas e de um novo relatório a ser divulgado no dia 6 deverão ocorrer até o dia 9. A entrega do parecer da comissão à Mesa do Congresso Nacional poderá ser feito até o dia 10.

O PL 38/10 altera o atual PPA para permitir a inclusão de novas obras na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2011. A previsão de recursos é de R\$ 958,9 bilhões durante o período 2011-2014.

Com as modificações, o governo pretende beneficiar seis

eixos de empreendimentos: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para Todos; Transportes; e Energia.

As alterações no atual PPA também contemplam o reaparelhamento das unidades operacionais e do segmento técnico-científico do Departamento de Polícia Federal (Projeto Pró-Amazônia/Promotec 2); a atualização da abrangência do Programa Calha Norte; e a implantação da rede nacional de avaliação da qualidade das águas superficiais.

No último dia 23, a CMO aprovou o relatório preliminar do PL 38/10, do deputado Colbert Martins (PMDB-BA). Ele reiterou que o parecer da CMO sobre o PL 38/10 deverá ser aprovado até a segunda semana de dezembro, sendo encaminhado em seguida para votação no Plenário do Congresso Nacional. Desse modo, o projeto estaria aprovado antes da Lei Orçamentária Anual.

Mudança no PPA, já aprovada na comissão, vai permitir a inclusão de obras da 2ª fase do PAC

Orçamento para 2011 recebeu mais de 10 mil emendas

O projeto do Orçamento da União para o próximo ano recebeu 10.040 emendas, entre as individuais (de responsabilidade de cada parlamentar) e as coletivas (apresentadas por comissões e bancadas estaduais).

O prazo para emendas encerrou-se na quarta-feira, à meia-noite, com intensa movimentação na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Agora, começa o trabalho dos relatores setoriais do projeto de lei orçamentária, que têm R\$ 7,7 bilhões para atender às

emendas individuais e R\$ 1,689 bilhão para contemplar as bancadas e comissões permanentes do Senado e da Câmara dos Deputados em suas emendas coletivas.

A distribuição de R\$ 1,689 bilhão pelas dez áreas temáticas do Orçamento dependerá da quantidade de emendas.

No Orçamento de 2010, as áreas campeãs no rateio dos recursos foram educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte (18,7%), infraestrutura (15,9%) e fazenda, desenvolvimento e turismo (14,5%).

Falta de acordo adia votação de créditos suplementares

Pela segunda semana consecutiva, não houve acordo para votação de 21 projetos de lei que abrem créditos especiais e suplementares ao Orçamento da União para 2010. Duas propostas reúnem o maior volume de recursos: o PLN 61/10, com crédito suplementar de quase R\$ 1,5 bilhão, destinado, entre outras medidas, à adesão de 130 mil novos beneficiários ao Programa Nacional Inclusão de Jovens (Projovem Urbano); e o PLN 49/10, com recursos superiores a R\$ 1,2 bilhão para ampliar, entre outras ações, a cobertura do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Constam ainda da pauta o PLN 21/10, referente a crédito suplementar de pouco mais de R\$ 37 milhões em favor dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional; o PLN 28/10, com crédito especial de R\$ 31,25 milhões para a Infraero; e o PLN 31/10, que

abre crédito especial de R\$ 20,30 milhões para programas mantidos pelos ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Requerimento

A sessão do Congresso convocada para a votação desses projetos, ontem, chegou a ser realizada apenas para a leitura de requerimento de Magno Malta (PR-ES). O senador propõe a criação de uma comissão mista – a ser composta por sete senadores e sete deputados, e igual número de suplentes – para acompanhar as atividades do comitê organizador da Copa do Mundo de 2014.

Essa comissão deverá analisar investimentos públicos e privados para a realização do evento. A exemplo dos projetos de créditos orçamentários, esse requerimento ainda será votado.

Com anúncio feito na CMO, por dirigentes do Dnit e da Valec, de que seis obras estariam com os problemas solucionados, TCU deve retirar classificação de irregularidade grave

Ação contra obras irregulares produz primeiros resultados

DE UM TOTAL de dez obras com indícios de irregularidades graves examinadas, na manhã de ontem, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), seis estariam com os problemas solucionados. As providências em relação a cinco dessas obras foram anunciadas pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot: rescisão de contratos e de convênios com preços superfaturados.

Outro participante da audiência, o presidente da estatal Valec, José Francisco das Neves, anunciou as medidas para sanar restrição à competitividade na licitação para construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, apontada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Conforme o dirigente, foram adotadas as recomendações do tribunal, com a publicação de novo edital para a concorrência.

O secretário-geral de Controle

Externo do TCU, Paulo Roberto Martins, explicou que, diante do anúncio das providências dos gestores, o tribunal deve retirar a classificação de irregularidade grave nas obras e fazer a comunicação à CMO.

O coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), informou que, com base nos dados coletados na audiência, vai elaborar parecer com recomendações relativas a cada obra para votação final pela comissão mista.

Os contratos do Dnit cuja rescisão foi anunciada pelo diretor-geral referem-se às seguintes obras: manutenção da BR-116 no Ceará; restauração de rodovias federais no Espírito Santo; construção de entroncamentos no trecho mineiro da BR-265; construção do trecho Porto Carmo-Cruzeiro do Oeste (PR)

da BR-487 e construção de trecho ligando a divisa do Tocantins com o Maranhão a Aparecida do Rio Negro (TO) na BR-010.

Segundo Pagot, o Dnit deve realizar novas licitações para essas obras, atendendo às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União.

Medidas saneadoras

As audiências públicas foram precedidas de reuniões técnicas com representantes do TCU e de órgãos e empresas públicas. A realização dessas audiências é prevista no artigo 98 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A deliberação da CMO que resulte na continuidade da execução das obras e serviços com indícios de irregularidades graves ainda não sanados dependerá do exame das informações dos dirigentes e da avaliação dos prejuízos potenciais da paralisação para a administração pública e para a sociedade.



Pagot (E), diretor-geral do Dnit, fala à CMO, ao lado de Paulo Roberto Martins, do TCU, e do deputado Leonardo Monteiro (D)

Ferrovia Norte-Sul e três obras do Dnit ainda têm pendências

Com superfaturamento de R\$ 119 milhões apontado em auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), as obras da Ferrovia Norte-Sul ainda não tiveram as pendências solucionadas, segundo o presidente da Valec, José Francisco das Neves.

O dirigente da empresa explicou ontem à CMO que a estatal fez retenção cautelar de valores devidos às empreiteiras, mas decisões judiciais têm impedido, na prática, o cumprimento da providência. Essa retenção foi determinada pelo TCU para evitar eventuais prejuízos para o erário decorrentes dos indícios de sobrepreço.

Também continuam com problemas três obras do Dnit: construção do trecho entre Boca do Acre (AC) e as divisas Acre-Amazonas da BR-317; duplicação do trecho Goiânia-Jatá (GO) da BR-060; e restauração, duplicação e melhoramento do trecho mineiro da BR-050. O diretor-geral do Dnit, Luiz

Antônio Pagot, informou que a autarquia tenta repactuar os preços dessas obras, que, conforme o TCU, estão superfaturados.

Prejuízo potencial

Diante da persistência dos problemas, a CMO pode suspender ou manter a destinação de verbas da União para essas obras. Mas uma decisão da comissão pela continuidade das obras dependerá do exame das informações recebidas dos dirigentes e da avaliação dos possíveis prejuízos da paralisação para a administração pública e para a sociedade.

Como advertiu ontem aos congressistas o secretário-geral de Controle Externo do TCU, Paulo Roberto Martins, esses prejuízos potenciais para a administração pública e para a sociedade precisam ser claramente demonstrados pelos dirigentes dos órgãos, para que as verbas não sejam suspensas.

Pagot atribui problemas a projetos ruins

A má qualidade dos projetos está na origem da maioria dos problemas enfrentados por obras realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), conforme disse seu diretor-geral, Luiz Antônio Pagot, na audiência pública realizada ontem pela CMO.

Pagot defendeu mudança na legislação para permitir que a administração pública possa dar preferência à qualidade, e não ao menor preço, na hora de contratar as empresas responsáveis pela elaboração dos projetos.

O diretor do Dnit disse que muitas empresas que vencem licitações com preços baixos apresentam projetos sem consistência e equivocados que resultam em prejuízos elevados à administração pública, na hora da execução.



Cotait sugere dar aos prêmios nomes de César Lattes e Santos Dumont

Cotait propõe prêmio nacional para a ciência

O senador Alfredo Cotait (DEM-SP) apresentou projeto de lei instituindo os prêmios César Lattes e Santos Dumont, que pretendem incentivar a produção científica e a solução dos problemas no país.

O César Lattes será dado ao brasileiro que receber prêmio internacional, como o Nobel, por atividades realizadas no Brasil, nas áreas de Física, Química, Fisiologia ou Medicina, Economia, Literatura e Paz. Já o Santos Dumont deve ser conferido aos brasileiros que criarem inovações que gerem benefícios para a população e (ou) para as atividades econômicas brasileiras.

Senadora convida colegas a participarem de campanha de 16 dias, iniciada ontem, destinada a ampliar e fortalecer a luta da sociedade contra as agressões

Serys pede esforço pelo fim da violência contra a mulher

A SENADORA SERYS SILHESARENKO (PT-MT) lembrou ontem a passagem do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. O 25 de novembro também marcou o início da campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres", que segue até o dia 10 de dezembro, quando se comemora o Dia dos Direitos Humanos.

Para chamar a atenção a respeito do tema, Serys conclamou os parlamentares a fazerem um discurso, aparte ou comunicação pelo fim da violência contra a mulher a cada dia durante a campanha.

A senadora citou dados de vários estudos para mostrar a gravidade dos ataques às mulheres que ainda ocorrem no Brasil e no mundo. Pesquisa realizada pelo DataSenado este ano indica que, entre os tipos de violência sofrida, os predominantes são



Segundo Serys, denúncias de violência contra as mulheres dobraram este ano

as agressões física (55%), moral (16%) e psicológica (15%). Já números do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), de 2009, mostram que a violência contra as mulheres é um fenômeno que atinge pelo menos uma em cada três mulheres, adolescentes e meninas no mundo inteiro.

No Brasil, nos sete primeiros meses de 2010, o Disque-Denúncia registrou 343 mil atendimentos, contra 161 mil

no mesmo período de 2009. Do total de esclarecimentos prestados pelo Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher), a busca de informações sobre a Lei Maria da Penha corresponde a 50%.

Em números absolutos, explicou a senadora, São Paulo lidera o ranking com 47 mil atendimentos, seguido pela Bahia, com 32 mil ligações. Em terceiro lugar, aparece o Rio de Janeiro, com 25 mil registros.



Em discurso, Collor comemora 80 anos de criação do Ministério do Trabalho

Collor lembra avô Lindolfo e papel na criação da CLT

O senador Fernando Collor (PTB-AL) comemorou ontem os 80 anos de criação do Ministério do Trabalho e Emprego, logo após a Revolução de 30, que derrubou a República Velha e instaurou a Nova, dando início ao governo Getúlio Vargas.

A homenagem estendeu-se a seu avô, Lindolfo Collor, primeiro ministro da pasta, que teria consolidado a esparsa legislação existente, agrupando-a em um conjunto único, que, em 1943, foi transformado na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

– Há uma grande dívida de nosso Direito do Trabalho para com Lindolfo Collor – lembrou.



Senador informa que bancada fez 15 emendas ao Orçamento de 2011

Gilvam anuncia R\$ 4,34 milhões para o Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ontem a liberação de R\$ 4,34 milhões em recursos federais para o governo do estado do Amapá e seus municípios.

As prefeituras contempladas são Mazagão (R\$ 615,78 mil), Laranjal do Jarí (R\$ 196,02 mil), Porto Grande (114,92 mil) e Tartarugalzinho (R\$ 196,02 mil).

Para o governo estadual foram liberados R\$ 2,46 milhões, para investimento nas áreas de saúde, saneamento básico e educação.

O senador informou ainda que as 15 emendas de bancada apresentadas ao Orçamento para 2011 somam R\$ 550 milhões.

Raupp defende aumento da representação feminina

Mesmo com a eleição da primeira presidente mulher do país, Dilma Rousseff, a representação feminina no Congresso, assim como nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais, ainda é muito pequena, apesar de compor a maior parte do eleitorado nacional. Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu na quarta-feira a mudança dessa situação.

– É preciso ampliar nos próximos anos a participação da mulher brasileira em todas as instâncias do poder – declarou.

Raupp ressaltou que as mulheres detêm apenas 9% das



Brasil tem número reduzido de mulheres na política, diz Raupp

vagas na Câmara dos Deputados e 13,5% no Senado.

No ranking mundial da re-

presentação parlamentar feminina, o Brasil está em 111º lugar, enquanto a Argentina, por exemplo, ocupa o 11º lugar, disse o senador.

A lei nacional que reservaria 30% das candidaturas de cada partido às mulheres não vem sendo devidamente cumprida, apontou.

– A sociedade radicalmente democrática a que aspiramos requer um novo papel para a mulher brasileira – afirmou Raupp, lembrando também que, no Senado, atualmente exercem mandato apenas dez mulheres.

Após congresso, países firmam pacto de apoio a idoso, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem o lançamento do Pacto pelo Envelhecimento, conforme deliberação do 1º Congresso Mundial de Aposentados e Pensionistas, realizado nesta semana em Brasília. O evento reuniu representantes de 15 países.

O pacto formaliza o compromisso dos países participantes

de lutar, nos acordos internacionais dos quais são signatários, pela inserção do tema "envelhecimento ativo e participativo" nas políticas públicas em todas as esferas de governo.

O senador também anunciou que projeto (PLS 147/10) de sua autoria que beneficia os aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus já está



Pacto defenderá "envelhecimento ativo e participativo", segundo Paim

tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Mozarildo: "País precisa de legislação capaz de fazer jus à democracia"

Mozarildo quer Justiça Eleitoral "veloz e confiável"

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que novas regras devem tornar a Justiça Eleitoral veloz e confiável. Ele afirmou que pretende participar ativamente da Comissão de Reforma do Código Eleitoral, criada pelo presidente do Senado, José Sarney.

Na avaliação de Mozarildo, não é mais possível que candidatos pratiquem a corrupção eleitoral e depois não sejam punidos.

– O país precisa de uma legislação eleitoral capaz de fazer jus a uma democracia que se diz consolidada, mas que ainda tem muito o que caminhar.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Gilvam Borges

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Ex-juiz acusado de pedofilia não presta informações à CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia ouviu ontem o ex-juiz do Trabalho de Tefé (AM) Antônio Carlos Branquinho, acusado de abusar sexualmente de menores.

Durante o depoimento, Antônio Carlos Branquinho respondeu apenas a algumas perguntas iniciais do relator da CPI, senador José Nery (PSOL-PA), negando-se a prestar qualquer tipo de informação durante o resto da audiência.

Com relação aos questionamentos do presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES), sobre centenas de fotos com abusos sexuais contra crianças, o ex-juiz disse que tudo o que tinha a declarar a respeito já constava de sua defesa no processo criminal que tramita na Justiça contra ele.

Em entrevista à imprensa, Magno Malta informou sobre providências que estão sendo adotadas pela comissão no sentido de solicitar o indiciamento também de pessoas envolvidas com o ex-juiz no caso de abusos

de menores

– Este é um caso absolutamente emblemático. Existem pessoas que estão envolvidas e que ainda não estão dentro do processo investigatório. É nosso objetivo trazer as cafetinas para dentro do processo e também aqueles cidadãos fotografados com o ex-juiz dentro de motéis abusando de crianças – afirmou Magno Malta.

Após o depoimento do ex-juiz do Trabalho, o presidente da ONG Safernet, Thiago Oliveira, leu nota divulgada ontem por sua organização questionando parecer técnico que levou o Ministério Público Federal de São Paulo a rescindir parcialmente um contrato de cooperação técnica com a Safernet.

Ele protocolou ainda documentos registrando casos de pornografia infantil e racismo, os quais não teriam sido, segundo ele, considerados pelo Ministério Público de São Paulo no embasamento de sua decisão de rompimento do contrato de cooperação.

Senadores lamentam violência no Rio de Janeiro

O enfrentamento entre facções de traficantes e forças policiais que tem gerado cenas de guerra civil nas ruas do Rio de Janeiro nos últimos dias repercutiu ontem no Plenário do Senado. Parlamentares como Francisco Dornelles, Alvaro

Dias, Pedro Simon, Magno Malta e Mão Santa solidarizaram-se com a população fluminense e condenaram a reação do crime organizado à implantação, pelo governo estadual, das unidades de polícia pacificadora (UPPs).



Complexo da Penha, ontem, no Rio de Janeiro: clima de guerra civil que domina a cidade foi tema de vários discursos

Pedro Teixeira/Jornal O Povo

Parlamentares se solidarizam com população do Rio de Janeiro

Francisco Dornelles (PP-RJ) e Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentaram ontem a crise instalada no Rio de Janeiro e se solidarizaram com a população, vítima de ataques de traficantes armados há três dias.

Dornelles salientou que a forte reação dos marginais é resultado da ação da polícia pacificadora, posta em prática pelo governador do estado, Sérgio Cabral, e alertou: o governo não será paralisado pela ação de bandidos. Para o senador, o estado será vitorioso contra o tráfico e os marginais.

Já Alvaro Dias, citando a opinião de jornalistas e estudiosos, afirmou que o Rio de Janeiro está sendo vítima de terrorismo, problema de segurança nacional que deveria mobilizar as polícias estadual e Federal e as Forças Armadas.

O senador também defendeu mudança na legislação para impor mais rigor às visitas dos advogados e das famílias dos presos, especialmente nos presídios de segurança máxima. Ele alertou que o combate à violência nos centros urbanos deve começar pelas faixas de fronteira.



O ex-juiz, entre os senadores José Nery (E), Papaléo Paes e Magno Malta

Juizes podem ter que seguir ordem cronológica de processos

Os juizes podem ser obrigados a dar sentenças rigorosamente com base na ordem cronológica de conclusão dos processos, critério que deve também valer para a decisão sobre recursos apresentados aos tribunais. Essa é uma das novidades do substitutivo ao projeto de novo Código de Processo Civil que terão de passar pelo crivo da comissão especial encarregada do exame da matéria (PLS 166/10) antes da deliberação em Plenário.

Depois da leitura do substitutivo pelo relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS), a votação na comissão ficou marcada para terça-feira.

No caso da ordem cronológica estabelecida para as sentenças e decisões sobre os recursos, Valter sugere uma providência para evitar que qualquer outro tipo de influência ou consideração comprometa o funcionamento da regra: um parágrafo determina que a lista de processos aptos a julgamento deve ser permanentemente disponibilizada em cartório, para consulta pública.

O senador trouxe ainda para o substitutivo a possibilidade

de videoconferências para que as partes ou testemunhas possam ser ouvidas pelos juizes.

O relator preservou a maioria dos pontos do projeto da comissão de juristas. No entanto, suprimiu as referências que ainda existiam no código vigente sobre os processos de separação judicial. Este ano, a Emenda Constitucional 66 suprimiu o requisito da prévia separação judicial por mais de um ano para a obtenção do divórcio, mas a expressão do texto se limitou a dizer que o casamento civil "pode ser dissolvido pelo divórcio".

Outra alteração foi feita para adequar as ações judiciais para pagamento de alimentos a filhos dependentes quando o casal tiver optado pela separação (antes da Emenda 66) ou divórcio em cartório, assegurados por lei editada em 2007. O substitutivo tratou ainda dos processos de dissolução de sociedades empresariais, com base nas regras do Código Civil de 2002. Hoje, na parte processual, ainda são empregadas regras do CPC de 1939, pois o de 1973, agora em vigência, não tratou desse tema.



Francisco Dornelles diz que governo sairá vitorioso da luta contra o crime



Alvaro Dias alerta que combate ao tráfico deve começar nas fronteiras

Malta sugere "orçamento de fronteira" e extensão do Sivam

Magno Malta (PR-ES) propôs que governadores eleitos e governo federal contribuam para formar um "orçamento de fronteira". Segundo Malta, esse orçamento associado à extensão para todo o país dos radares do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) é a solução para reduzir a violência no Brasil.

– Os governos anteriores não tiveram coragem de enfrentar o problema na origem. O que está acontecendo no Rio hoje ocorrerá no Espírito Santo e no Amapá amanhã. É o advento das drogas, que ao longo do tempo, não foi tratado com a devida

responsabilidade. Não dá para tratar [o problema] com poesia. É preciso tratar com coragem e com responsabilidade – disse Malta, ao elogiar a presença do Estado no Rio, com as unidades de polícia pacificadoras (UPPs).

Mão Santa (PSC-PI) lamentou que o país esteja vivendo "um período de barbárie", chamando a atenção para o fato de que nos países vizinhos não existe o mesmo nível de violência. O parlamentar afirmou que instituições importantes na pacificação da sociedade estão destruídas no Brasil, como a família e a escola.

Pedro Simon parabeniza Cabral e Jobim

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) parabenizou o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, pelas ações visando à continuidade das unidades de polícia pacificadora (UPPs). Ele também parabenizou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, por colocar a estrutura das Forças Armadas à disposição do governo fluminense.

– O crime organizado lança chamas, bota fogo no Rio de Janeiro, deixa a cidade em pé de guerra e diz para o governador: "O senhor pare com essa tal polícia pacificadora, saia com essa polícia das favelas" (...). Meus cumprimentos, governador! A sua resposta só poderia ter sido a que vossa excelência deu: a polícia pacificadora vai continuar – disse.

Para Simon, as UPPs estão funcionando, o que, segundo afirmou, pode ser aferido pela diminuição do crime, das mortes e do tráfico de crack.

– Que esse desafio dos gangsters tenha uma resposta positiva, uma resposta realmente à altura do que eles merecem – afirmou.



Simon: "Que os gangsters tenham resposta à altura do que merecem"

Debate realizado na Comissão de Meio Ambiente aponta para a necessidade de que o Brasil atue para cobrar maior engajamento dos demais países, em especial dos mais ricos, com as metas de proteção do planeta

Para especialistas, Brasil vai à reunião do clima em posição de liderança

O BRASIL DEVERÁ participar da 16ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16), entre os dias 29 de novembro a 10 de dezembro, em Cancún (México), numa confortável posição de liderança, com o compromisso de cobrar um engajamento maior dos demais países participantes – principalmente os desenvolvidos –, com a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Essa é a opinião dos três especialistas do governo que participaram ontem de audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Foram discutidos os compromissos que serão assumidos pelo governo durante a COP-16 e o alcance das metas assumidas na conferência realizada no ano passado, em Copenhague, Dinamarca.

O embaixador extraordinário do Brasil para a mudança do

clima, Sérgio Barbosa Serra, lembrou que o Brasil está sendo respeitado internacionalmente por seu compromisso de redução de emissões de gases de efeito estufa acima dos 30% recomendados para os países em desenvolvimento.

Explicou que, apesar de a meta para os países desenvolvidos ter sido estipulada entre 25% a 40%, com relação a 1990, dificilmente será fechado um acordo nesse sentido no encontro em Cancún. Isso porque os Estados Unidos não conseguiram aprovar no Congresso americano projeto sobre a redução dos gases.

– Isso puxa os demais países desenvolvidos para baixo – avaliou o representante do Itamaraty.

Para o embaixador Sérgio Serra, já seria um resultado bastante positivo se, na COP-16,

ficasse acertado que haverá novo compromisso para a redução dos gases que agravam o aquecimento global, em sequência ao Protocolo de Kyoto, que se encerra em 2012.

Na área financeira, segundo Sérgio Serra, as perspectivas são melhores, sobretudo em relação à aprovação de um financiamento de US\$ 30 bilhões, em três anos, para os países mais vulneráveis ao efeito estufa.

– Nossa posição será a de procurar garantir essas coisas: que saia o financiamento no curto prazo e que haja a indicação concreta da continuidade do Protocolo de Kyoto em relação a um segundo período de compromissos – observou o representante brasileiro.

Outro objetivo da audiência, solicitada pela senadora Marina Silva (PV-AC), foi debater a re-

gulamentação da Lei 12.187/09, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Por essa norma, o Brasil ratificou o compromisso voluntário assumido no COP-15, de reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020.

Transparência

Na opinião da secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Branca Americana, é importante que o Brasil ratifique, na COP-16, sua intenção de implantar os compromissos assumidos em Copenhague. Ela defendeu que se dê transparência a todas as medidas tomadas pelo Brasil com relação à redução dos gases do efeito estufa em áreas como energia e agricultura, e, principalmente, sobre a redução do desmatamento, segundo ela, “o calcanhar de aquiles” brasileiro.

Para secretária de Mudanças Climáticas, desmatamento é “calcanhar de aquiles” do país



Branca Americana (E), do MMA, ao lado do senador Gilberto Goellner: “É importante que Brasil ratifique os compromissos assumidos em Copenhague”

CNI: indústria vê oportunidades na baixa emissão de carbono

O setor industrial está consciente da importância de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, que causam mudanças climáticas, e vê oportunidades de crescimento econômico nas políticas de produção com baixa emissão de carbono. É o que disse a consultora da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Paula Bennati, em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) para atender a requerimento de Marina Silva.

Paula Bennati afirmou que a indústria está aliada à questão ambiental e que o setor reconhece a importância do seu papel em relação às políticas de baixo carbono. Portanto, disse a consultora, o segmento quer participar ativamente dos debates e apresentar propostas.

– Existe um leque de oportu-

nidades que vem com essa economia de baixo carbono. É preciso gerenciar os riscos envolvidos, obviamente, e fazer uma defesa de interesses é o papel da CNI. Mas estamos inaugurando uma nova era com relação à indústria – disse.

A consultora também destacou a importância do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Em sua avaliação, o Brasil é o país que mais desenvolve projetos, mas poderia apresentar melhores resultados se não houvesse indefinições na área.

Desenvolvimento

O diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho, também destacou a possibilidade de haver desenvolvimento econômico com a utilização de recursos renováveis

e energia limpa. Ele observou que o governo e a indústria já entenderam esse novo modo de desenvolvimento, mas, em sua avaliação, o setor agropecuário ainda não compreendeu bem.

Ele afirmou que o Brasil é o único país que tem essa consciência e tem desenvolvido políticas com essa finalidade.

– Hoje, o que temos não é uma maneira de conciliar desenvolvimento com preservação ambiental. Esse tipo de dicotomia é passado. O que temos hoje é a oportunidade de fazer o desenvolvimento e o crescimento econômico, fazendo preservação e uso sustentável de recursos florestais e produzindo energia limpa – ressaltou Moutinho, ao lembrar que o Brasil, com isso, adquiriu responsabilidade mundial em relação ao tema.

Em relação ao Plano Nacio-

nal sobre Mudança do Clima, Moutinho disse tratar-se de uma compilação de planos já existentes, o que não apresentou inovações nem gerou um “ponto de inflexão” em relação ao tema. Ele pediu ao governo e ao Parlamento que promovam debates com a sociedade para aprimorá-lo antes da sua regulamentação.

O diretor-executivo do Greenpeace Brasil, Marcelo Furtado, afirmou que nem a sociedade nem a CNI foram chamadas ao debate do plano. Inúmeras organizações, informou, realizam pesquisas há muitos anos e, no entanto, não foram ouvidas. Para ele, o Brasil perde ao não ouvir a sociedade.

– Se o Senado entende que um país deve usar bem os seus recursos, gostaríamos de ter contribuído – disse.



Para Marina Silva, a agenda do clima no país está sem foco

Marina propõe agência especial para o setor

Marina Silva (PV-AC) sugeriu ontem que o governo federal crie uma agência para tratar exclusivamente das mudanças climáticas. Ela está convencida de que, “falta foco à agenda do clima no país”.

A senadora defendeu ainda rapidez na regulamentação das metas de redução das emissões de gases do efeito estufa – metas que estão previstas na lei que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/09). E também propôs a elaboração de um indicador para medir o avanço da economia de baixo carbono (que pressupõe menores emissões de gás carbônico).

Marina fez essas propostas durante audiência pública promovida a seu pedido na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Ao avaliar a questão ambiental no Brasil, a senadora disse que houve avanços, como é o caso das metas sobre gases estufa (que, além de fixadas em lei, foram apresentadas no ano passado em Copenhague, durante conferência mundial sobre mudanças climáticas). Outro exemplo seria a redução do desmatamento na Amazônia, “que vem ocorrendo desde 2005 sem que haja perdas na produção, demonstrando que a produção pode aumentar por meio de ganhos de produtividade, e não pelo avanço sobre as florestas”.

Apesar desses avanços, Marina disse que “não pode haver complacência com os erros” e criticou a “movimentação que há na Câmara e no Senado para promover um retrocesso na legislação ambiental do país, como no caso do Código Florestal”.

As críticas de Marina a possíveis alterações na legislação ambiental não tiveram o apoio de Gilberto Goellner (DEM-MT). Ele defendeu mudanças e criticou, por exemplo, a atual exigência de reserva legal a ser atendida pelos produtores rurais.

– Nenhum produtor vai repor essas reservas se não houver incentivos governamentais. As mudanças nos parâmetros de produção agropecuária só virão com incentivos econômicos – declarou.